

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 39/2011

Período: 26/11/2011 – 02/12/2011

GEDES – Brasil

- 1- Exército reforçará a segurança no Maranhão
- 2- Moradores do morro do Alemão questionam a presença do Exército
- 3- Militares se manifestam contra a Comissão da Verdade e ONU descrente quanto à sua eficácia
- 4- Força Aérea Brasileira localiza aeronave e corpo de piloto desaparecidos no estado de Roraima
- 5- Militares acusados de tortura durante o Regime Militar não poderão ser condenados

1- Exército reforçará a segurança no Maranhão

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, aproximadamente 200 militares do Exército e 500 homens da Força Nacional foram convocados para garantir a segurança de São Luís, capital do estado do Maranhão, durante o período de paralisação dos policiais militares da cidade. Segundo o secretário de Segurança Pública do estado, Aluísio Mendes, caberá ao Exército coordenar operacionalmente a ação até a normalização da situação dos policiais militares. Deputados estaduais convocaram para o dia 28/11/11 uma reunião para tentar negociar um acordo com os grevistas. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/11/11)

2- Moradores do morro do Alemão questionam a presença do Exército

Conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, apesar da queda dos índices de violência, a ocupação do morro do Alemão pelos militares, iniciada há quase um ano, no estado do Rio de Janeiro, não trouxe a maior parte das melhorias prometidas à população. De acordo com o jornal, os moradores cobram do governo a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e a retirada do Exército das ruas. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, atualmente 1800 homens do Exército atuam no morro do Alemão, em conjunto com as forças policiais militar e civil. A Força foi alocada na região para fornecer suporte à operação de forma provisória, no entanto, a permanência das tropas já foi renovada duas vezes e o prazo de retirada estendido até meados do ano de 2012. Conforme noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, a região não foi totalmente pacificada, visto que, segundo dados do serviço de inteligência do Exército, alguns traficantes ainda atuam nessas áreas. Ao final do ano de 2011, mais 700 militares deverão ser integrados à missão com a finalidade de “fazer a segurança e promover alguma atividade aqui para as crianças, como a aparição do Papai Noel”, afirmou o general Adriano Pereira Júnior, comandante do Comando Militar do Leste (CML). Para os moradores, a presença das patrulhas não evita os conflitos violentos, além disso, muitos acusam os militares de cometerem abusos. (Correio Braziliense – Brasil – 26/11/11; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/11/11; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/11/11)

3- Militares se manifestam contra a Comissão da Verdade e ONU descrente quanto à sua eficácia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a criação da Comissão da Verdade, aprovada pela presidente da República, Dilma Rousseff, no dia 18/11/11, trouxe inquietação aos militares. Apesar dos esforços do governo em tentar acalmar os descontentes, por meio de negociações e concessões, a incerteza com relação ao destino da Comissão causa preocupação e desconforto entre os militares, segundo o jornal. A reação de desagrado ocorre entre os oficiais da reserva, já que os em atividade não podem se manifestar, de acordo com a lei. O capitão da reserva, José Geraldo Pimentel, em seu site, aconselhou aos que tiverem registros de ocorrências de militares ou agentes do Estado contra comunistas que não repassem as informações. Para Pimentel, a Comissão achará uma forma de alterar legalmente a Lei de Anistia, de 1979, permitindo que os agentes das Forças Armadas envolvidos em crimes durante o período do regime militar (1964-1985) possam ir a julgamento. Além dele, outros descontentes se posicionaram. O Clube Militar do Rio de Janeiro, através da internet, abriu espaço para as manifestações acerca da Comissão. De acordo com entrevista ao *Estado*, o general da reserva Clóvis Bandeira, vice-presidente do Clube Militar do Rio de Janeiro, afirmou que há receio relativo à parcialidade na atuação da Comissão, tendo em vista que as decisões proferidas terão caráter unilateral. O general acredita que, se não integrar militares na sua composição e optar por julgar apenas um lado do problema, a Comissão não será imparcial; por outro lado, ele aguarda pela definição dos integrantes. De acordo o jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 02/12/11, a alta comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Navi Pillay, afirmou que "a criada Comissão da Verdade no Brasil pode não ser suficiente para que o país lide com seu passado". Pillay se mostrou incerta quanto à iniciativa brasileira e voltou a questionar a Lei de Anistia que, segundo ela, deve ser revista a fim de que os violadores de direitos humanos durante o período militar brasileiro sejam punidos. Quando questionada se seu escritório auxiliaria o Brasil nos trabalhos da Comissão da Verdade, afirmou que primeiro estudará o arcabouço da Comissão. Para a ONU, somente a "revisão da Lei da Anistia e o consequente julgamento dos responsáveis por crimes de tortura poderiam fazer com que o direito internacional relacionado ao tema pudesse ser realmente aplicado no Brasil". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/11/11; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 27/11/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/12/11)

4- Força Aérea Brasileira localiza aeronave e corpo de piloto desaparecidos no estado de Roraima

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) localizou no dia 26/11/11 o corpo do piloto e o avião monomotor desaparecidos no estado de Roraima desde 22/11/11. A aeronave, da empresa Taxi Aéreo Paramazônia, saiu da aldeia indígena Halicato e seguia para a capital do estado de Roraima, Boa Vista. Depois de avisar que teria de fazer um pouso de emergência, o contato com o piloto foi perdido. Os destroços da aeronave e o corpo do piloto foram localizados pela FAB a 118 quilômetros da área da aldeia de Halicato, em uma zona de mata fechada. (O Estado de S. Paulo - Metrôpole - 28/11/11)

5- Militares acusados de tortura durante o regime militar não poderão ser condenados

O periódico *Folha de S. Paulo* informou que os militares acusados de torturar presos políticos na Operação Bandeirantes (Oban) durante o Regime Militar (1964-1985) não podem mais ser condenados, visto que, segundo o Tribunal Regional Federal (TRF), tais crimes já prescreveram. O Ministério Público Federal, que apresentou o processo, pedia que os militares fossem responsabilizados na esfera cível e declarados responsáveis por maus-tratos a presos políticos; além disso, eles seriam obrigados a devolver a aposentadoria e a restituir os cofres públicos por indenizações às vítimas do regime. Dentre os acusados estava o tenente-coronel reformado, Maurício Lopes Lima, que foi apontado como torturador pela presidente da República Dilma Rousseff em 1970. A *Folha* informou também que a Procuradoria Regional da República recorreu ao TRF contra esta decisão, visto que, para a Procuradoria, os quatro militares envolvidos nas acusações poderiam ser condenados com base no tratado que criou o Tribunal Penal Internacional, que considera imprescritíveis os crimes contra os direitos humanos, assim como a tortura. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/11/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).